

SCHULTZ, Kirsten (2023). *From Conquest to Colony: Empire, Wealth & Difference in Eighteenth-century Brazil*. New Haven: Yale University Press, 355 pp., ISBN: 978-0300-25140-1.

Kirsten Schultz é doutora em História pela New York University e, atualmente, leciona História da América Latina em Seton Hall University. Na qualidade de especialista no mundo ibérico entre 1500 e 1800, Schultz produziu extensa bibliografia nessa área, como a obra *Tropical Versailles* (2001). O seu mais recente livro, *From Conquest to Colony: Empire, Wealth & Difference in Eighteenth-century Brazil*, publicada pela Yale University Press, é uma prova da sua competência como pesquisadora. A complexa obra estuda os debates dos agentes da Coroa portuguesa acerca da governação das suas colónias na América e as respetivas ações nos territórios durante o século XVIII. Além disso, Schultz analisa as políticas de fiscalização dos recursos e das populações, com especial foco na região das Minas Gerais. O título da obra delimita a cronologia, entretanto a autora procura entender as causas e consequências da conjuntura, assim expandindo a sua análise para os séculos XVI, XVII e XIX. Schultz também alarga o seu objeto de estudo para entender as elites locais em territórios como o de Rio de Janeiro e a Baía. Ao longo da obra, a autora demonstra a fluidez inerente às relações entre a metrópole e a colónia por meio de uma análise do trânsito de bens materiais, ideias e pessoas entre os dois lados do Atlântico.

O livro possui cinco capítulos e um epílogo, divididos pelos três reinados portugueses do século. Os três primeiros capítulos focam-se na administração joanina, enquanto o quarto e o quinto são relativos a D. José I. Por fim, o epílogo circunscreve-se o reinado de D. Maria I. Essa divisão fornece uma completa observação dos séculos e das particularidades de cada reinado, proporcionando uma leitura fluida. O primeiro capítulo observa como diversas academias e intelectuais pensavam a “conquista” – denominação então utilizada para se referir aos territórios dominados –, baseada nos sucessos e fracassos administrativos dos séculos passados. As políticas de controlo das riquezas, dos locais e dos escravizados de Minas Gerais por meio dos impostos da captação e do manuseio, são o foco do segundo e terceiro capítulos. As tentativas de austeridade e controlo sobre o excesso de luxo são as principais temáticas do quarto capítulo, que interpreta como o ouro – e, eventualmente, a sua escassez – impactou as finanças do reino. O quinto capítulo debruça-se sobre a gestão de pessoas e territórios da América Portuguesa no contexto global do império português. O epílogo acompanha uma nova geração de in-

telectuais na administração régia e as ruturas e continuidades da governação.

Intitulado “Conquests and Histories: Brazil in the Portuguese Empire”, o primeiro capítulo procura entender a relação entre o conhecimento histórico e geográfico sobre a expansão portuguesa e a exploração do território das Américas portuguesas. O que sobressai no capítulo é a maneira como a autora analisa a utilização da história e do passado como argumentos para medidas de natureza política e administrativa por parte dos intelectuais, que visavam explorar as riquezas do Brasil de diversas formas. Após uma contextualização das perdas territoriais de Portugal durante a administração filipina e as concessões dos reinados após o estabelecimento da dinastia dos Bragança, Schultz demonstra como os reinados de D. Pedro II e D. João V procuraram reaver o prestígio do sistema imperial português. A hipótese da autora é justificada pela criação da Academia Real da História e pela produção de conhecimento historiográfico de figuras como Rodrigues da Costa, Manuel de Campos e Alexandre de Gusmão. Schultz explora um fascinante paralelo com a Academia Brasileira dos Esquecidos, com sede na Baía, e como a retórica exploratória e colonialista estava presente em ambas academias. Obras como *História da América Portuguesa* (1730), da autoria de Rocha Pita – um dos “esquecidos” –, visavam combater o desconhecimento histórico e geográfico do território. Existiam, como a autora elucida, divergências no pensamento dos autores analisados, principalmente no quesito da natureza dos indígenas como seres livres e educados, além da sua capacidade de aderir ao cristianismo. Pensadores como Barbosa Machado, que defendiam que os indígenas eram selvagens e que deturpavam a expedição de Pedro Álvares Cabral, conviviam com intelectuais como Soares da Franca, que argumentavam que os indígenas haviam sido, originalmente, cristãos educados por São Tomé e tão capazes quanto os nativos das conquistas portuguesas na Ásia. A autora, no entanto, foca-se nos pontos de convergência dos intelectuais e não nas divergências de pensamento.

“Reason and Experience: Royal Authority in a Golden Age” é o título do segundo capítulo. Ele tem como âmbito entender as políticas de controlo do ouro e de bens preciosos por parte da Coroa, além das respostas das comunidades locais da América portuguesa. A análise de Schultz não explora os meandros das revoltas populares, interpretando somente as insatisfações dos revoltosos contra as medidas fiscais da Coroa, numa lógica reacionária às suas providências. A autora não desconstrói as revoltas, nem procura entender os seus participantes, as suas ambições e nem a participação de diversos estratos sociais. Essa superficialidade prejudica a análise da relação dialética entre a metrópole e a colónia, ou seja, o âmbito principal do capítulo e um dos temas prin-

cipais da obra. O capítulo desenvolve as diversas medidas dos governadores das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, face à pressão das elites locais que estavam descontentes com o imposto do “quinto” (que ditava que 1/5 do ouro minerado deveria ser enviado para a Coroa). Entender a implantação de novas formas de taxaço, nomeadamente a capitaço e o maneio, é o ponto principal do capítulo. Os impostos foram promovidos por Alexandre de Gusmão com argumentos financeiros, aceites pela Coroa baseado em dados empíricos e efetivados pelo membro da Academia Real da História, Martinho de Mendonça. A autora explora com enorme profundidade os argumentos contrários e favoráveis às medidas, tal como a sua execução no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais. Schultz observa como a monarquia implementou essas reformas com agentes régios, afastando-se das elites locais. Além disso, a autora demonstra como os agentes deveriam emitir “bilhetes” anuais que comprovavam o pagamento dos impostos e realizar censos demográficos para as cidades, atitude que revoltou as populaçoes locais. Em resposta às revoltas locais, Mendonça foi chamado de volta para Lisboa e a reforma desmoralizada. Com a morte de D. João V e a ascensào de D. José, o sistema de Gusmão seria substituído pelo quinto e pela derrama – visando continuar a capitaço de 100 arrobas por ano –, além do retorno às elites locais dos cargos de coletores de impostos.

O terceiro capítulo da obra, denominado “Taxing Gold and Taxing Slaves: American Social Order and Empire”, tem como intuito entender como o modelo de taxaço de Gusmão afetou direta e indiretamente os escravizados. A sobreposiço temática com o capítulo anterior é justificada pelas novas facetas que a autora apresenta, ao analisar o sistema socioeconómico da escravidào que existia nas Minas Gerais. A burocracia imposta pela Coroa taxava diretamente os senhores de escravizados, obrigando-os a guardar documentos que comprovavam a quantidade de escravizados para os agentes da Coroa depois os taxarem. Schultz analisa as tentativas de os senhores contornarem o sistema. Neste seguimento, uma das análises mais interessantes do capítulo é a exclusào de foros pobres da região, defendido por Gusmão com a lógica de que eram “improdutivos” para a mineraço. A autora também explora a adaptaço dos escravizados à nova realidade e os abusos que eles sofriam, demonstrando o constante estado de pânico dos seus senhores com a possibilidade da sua fuga e respetiva formaço de quilombos (comunidades de escravizados fugidos dos seus senhores).

“Colonies and Commerce: Wealth, Difference, and Empire”, o quarto capítulo, analisa como o excesso de ouro alterou a sociedade da “conquista” e de Portugal. A autora transporta o leitor para os diversos rituais fúnebres de D. João V, ainda que não ofereça uma descriço particularmente vívida.

Retornando aos finais do século XVIII, constata como o conceito de “luxo” foi atacado pela Coroa portuguesa. Nesse ponto, as leis pragmáticas de 1668, 1677 e 1686 procuraram restringir o excesso de luxo dos estratos sociais que imitavam a corte régia. A autora promove uma inovadora análise de como essas leis exerceram impacto no “luxo” dos negros, que usavam algodão nas roupas, e dos reinóis, que “queimavam” o ouro, além de associar essa pompa com práticas negativas de feminilidade. A autora observa ainda como as ideias protecionistas e, paradoxalmente, liberais, do Conde de Oeiras e de António Ribeiro Sanches foram postas em prática na transição entre os reinados de D. João V e D. José. Medidas como a criação do Erário Régio e a tentativa de aproximação com a França, por exemplo, visavam escapar da dependência inglesa e do Tratado de Methuen. Neste aspeto, a autora peca ao não analisar a contradição entre as medidas protecionistas e o livre-cambismo pombalino. Schultz argumenta que o fluxo de riqueza das Minas Gerais redefiniu o conceito de “conquista” e o sistema imperial português, intensificando a tentativa de a Coroa drenar a riqueza material e intelectual do Brasil, impedindo o território de possuir imprensa e universidades. Essas medidas visavam domesticar o território, agora denominado “colónia”.

O quinto capítulo tem como título “Peoples and Colonies: Settlement, Labor, and the Geography of Empire”. O âmbito principal desta parte é entender como o império geriu e organizou a sua população nas colónias, especialmente no Brasil. Schultz começa por esquematizar uma cativante história de um naufrágio no rio Amazonas, transitando assim para as tentativas sociais de controlar as populações no império. A começar pelo transporte de mulheres, a autora analisa a convivência feminina na colónia americana e as tentativas de proibir a viagem de mulheres de estratos sociais altos, ao mesmo tempo que incentivavam a ida de mulheres dos setores mais baixos. Os colonos cônjuges também eram controlados, com a emissão de documentos como “mapa dos casais”, enquanto os casamentos de portugueses com indígenas e escravizados eram regulados. Neste aspeto, Schultz aprofunda a querela de Rodrigues da Costa, contrário aos casamentos mestiços, e de Sebastião José de Carvalho e Melo, defensor da miscigenação para a ocupação do território. Num último ponto, Schultz reinterpreta os alvarás de 1761, 1767 e 1773 que tinham o intuito, segundo a mesma, de impedir a vinda de sujeitos escravizados para Portugal. Ao entender a importância desses documentos para a reconfiguração do império português numa perspetiva global, Schultz promove uma nova interpretação dos alvarás pombalinos que contrasta com a estabelecida pela historiografia, focada na utilização dos documentos pela metrópole portuguesa e desconectada do sistema imperial.

O epílogo analisa o reinado de D. Maria I e a governação da colónia brasileira. Schultz demonstra as continuidades da administração régia, apoiada por uma elite marcada pelas reformas pombalinas e por figuras como Domenico Vandelli e Rodrigo da Sousa Coutinho. A tentativa de regulamentar os opulentos gastos e o contínuo desconhecimento geográfico e cartográfico são marcas de continuidade de D. Maria I e temas de capítulos ao longo do livro. Essa querela evidencia a importância das temáticas na longa duração. A autora demonstra como a nova elite administrativa – centrada na Real Academia das Ciências e guiada pelo iluminismo – navegou as novas conjunturas do mundo Atlântico, a independência dos Estados Unidos e a crescente insatisfação de revolucionários franceses. Kirsten Schultz escreve um epílogo intrigante, focado em desconstruir a reação antipombalina denominada “Viradeira”, além de entrelaçar todos os temas e capítulos da obra de maneira sublime.

Em conclusão, o livro *From Conquest to Colony: Empire, Wealth & Difference in Eighteenth-Century Brazil* é uma obra multifacetada que analisa o sistema imperial português no século XVIII. Kirsten Schultz capta com profundidade as ligações entre as riquezas minerais exportadas do Brasil e as mudanças da governação régia. A autora cruza com perfeição o pensamento complexo das elites do reino e a sua relação com os locais. Ainda que Schultz não contemple a perspectiva dos estratos sociais dos colonos que se rebelavam com a Coroa, ela tem sucesso em demonstrar a relação dialética entre a metrópole e a conquista/colónia. Devido à densidade do tema e da análise da autora, a obra é, nalguns momentos, demasiado longa e pode ser cansativa para o leitor. Entretanto, as suas limitações não diminuem a sua validade científica como leitura inspiradora e obrigatória para especialistas do império português e da Época Moderna.

PEDRO TEIXEIRA

Universidade de Coimbra

pedroateixeira@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-9993-5628>



